

A Sociomuseologia e o lugar do Património Cultural Imaterial nos processos educacionais

Maristela Simão³, Angelo R. Biléssimo⁴, Nathália Pamio Luiz⁵

Sociomuseology and the place of Intangible Cultural Heritage in educational processes

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados do projeto de investigação “O lugar do Património Cultural Imaterial nos processos educativos”, desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa – CeIED/ULusófona e no Departamento de Museologia da mesma universidade, com foco na área de Lisboa e Vale do Tejo, Portugal. O intuito é discutir o papel do património cultural imaterial (PCI) nos processos educacionais formais e não formais, a partir da análise de dinâmicas relacionadas ao tema nas escolas e museus, com vistas ao reconhecimento e valorização do património cultural como valor socioeducativo, em uma perspectiva que acolhe a importância da cidadania, da educação e da diversidade cultural. Buscando apontar possíveis relações entre património cultural e espaços educativos, formais e não formais, alguns pontos podem requerer maior atenção. A falta de consenso, para muitos, do próprio conceito de património, que inclui algumas noções abstratas que podem ser difíceis de equalizar quando pensamos na colaboração entre pessoas de diferentes origens e trajetórias, com suas próprias concepções, preocupações e interesses, é um deles – principalmente quando levamos em conta que, no mais das vezes, as decisões sobre o património são tomadas em um ambiente que congrega concepções, preocupações e interesses diversos e até antagónicos. Embora existam propostas de conceituação bastante concretas, suas conexões diretas com áreas como artes, línguas ou história podem tornar o quadro mais complexo, apontando para a necessidade de discussões mais amplas e interdisciplinares, que possam contribuir para uma compreensão mais profunda do tema.

³ Doutora em Museologia pela ULusófona (2018). Investigadora da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. Coordenadora Projeto O Lugar do Património Cultural Imaterial nos Processos Educativos – CEIED/ULusófona. Email: maristelasimao@gmail.com. IDORcid: <https://orcid.org/0000-0001-7995-2335>.

⁴ Doutorando em História na Universidade de Lisboa. É historiador do Museu Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina – MarquE/UFSC. Investigador do Projeto O Lugar do Património Cultural Imaterial nos Processos Educativos – CEIED/ULusófona. Email: arbilessimo@gmail.com. IDORcid: <https://orcid.org/0000-0003-1195-6510>.

⁵ Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona – ULusófona. Gestora de Projetos do IberMuseum. Investigadora do Projeto O Lugar do Património Cultural Imaterial nos Processos Educativos – CEIED/ULusófona. Email: nathalia.pamio@gmail.com. IDORcid: <https://orcid.org/0000-0002-7176-8311>.

Dentro do espectro mais amplo do património, os estudos no campo da Museologia têm se dedicado a uma ampliação de suas possibilidades e de seu papel, através de questionamentos aos modos como o próprio campo tem se organizado, e os objetivos aos quais tem se dedicado. Uma das principais inovações, em torno da qual muito da relevância de museus e outras instituições museais têm atuado, é o reconhecimento da importância de sua função social. “A organização do museu não pode alienar-se do processo social, como um todo; é esta atitude esquivada de alheamento que o vem condenando, sistematicamente, ao esquecimento.” (Rússio, 1977, p. 133) Mesmo já estando presente por décadas nos debates sobre património e museologia, esta preocupação se mantém entre os principais pontos de interesse do campo. Conforme Primo:

“No campo museal, a valorização do social mostra-se como forma de supressão de ‘traumas/recalques culturais’, as memórias do social são utilizadas numa perspectiva de transformação de toda a vida presente. Não se trata mais da sistematização estritamente técnica da cultura. Pesquisas e exposições são realizadas a partir do objetivo de tornar atual a vida social, sem perder as suas referências culturais, que é aquilo que a caracteriza. O social passa então a ser priorizado em relação aos conteúdos museológicos, às formas de acessibilidade/metodologias de trabalho e destinatários e/ou participantes do processo museológico.” (Primo, 2014, p. 9)

Para a concepção que nos interessa, partimos da ideia de que o património pode ser entendido como o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo e sua relação com o território. É o legado que herdamos das gerações passadas e que passamos para o futuro. É, portanto, neste sentido, de grande importância a definição utilizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para quem património imaterial são “as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a eles associados – que comunidades, grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu património cultural”. (UNESCO 2003).

Como resultado de dinâmicas próprias das comunidades a que é afeito, o reconhecimento de um património por parte de uma determinada população e suas relações com a vida daqueles indivíduos está também sujeito às mudanças trazidas pelo decorrer do tempo. Novos desafios e possibilidades, reconhecimento de processos históricos antes ignorados, mudanças ambientais, valorização ou desvalorização – inclusive financeiras e comerciais – dos recursos disponíveis, novas oportunidades econômicas, ou seja, mudanças sociais, demográficas, econômicas ou políticas, podem trazer mudanças na relação da comunidade e seu património, que terão reflexos naquilo que é valorizado e reconhecido como uma herança relevante.

O património cultural é enriquecido por novas aproximações aos objetos de sua história, por parte da comunidade, através de atos em que gerações sucessivas se reconhecem como herdeiras e guardiãs de algo realizado por seus ancestrais. O que ontem não parecia conter uma mensagem cultural, hoje é descoberto e valorizado com insistência. Assistimos, assim, na reconsideração dos utensílios artesanais, das habitações camponesas e dos objetos industriais como expressão da cultura, tão importante e significativa, em alguns casos, como as obras de criadores consagrados, e isso se deve ao fato de o património e a identidade humana não serem elementos estáticos, mas sim entidades sujeitas a mudanças, condicionadas por fatores

externos e contingências, em uma alimentação mútua e contínua⁶
(Pérez, 1986, p. 14)

O reconhecimento da possibilidade de mudanças e ressignificação nas relações entre as diversas populações e seus patrimónios não se traduz, de toda forma, em um enfraquecimento dos aspectos de salvaguarda deste património, assim como não diminui a importância do reconhecimento da dimensão temporal de longa duração nos enfrentamentos destes desafios. Uma das bases para o próprio conceito de património, traz, por si mesma, uma permanente preocupação em registrar, conservar e preservar aspectos materiais e imateriais das heranças comunitárias como forma de permitir às futuras gerações o acesso a conhecimentos desenvolvidos coletivamente ao longo da trajetória de uma comunidade. Isso traz a necessidade de garantir alguma estabilidade à essas manifestações, não no sentido de um congelamento ou folclorização da cultura, mas na direção de protegê-las de processos que, de outra forma, não permitiriam sua fruição pelas próximas gerações.

Desde o fim da segunda guerra, quando os escombros do conflito mostraram a importância de iniciativas globais, em um nível além das políticas nacionais, de salvaguarda e conservação do património, que a busca de iniciativas efetivas neste sentido tem sido almejadas. É neste cenário que emergem grande parte das concepções que não só aglutinaram e aproximaram as diferentes visões do património que vinham sendo gestadas como também estabeleceram muitas das bases em torno das quais as discussões da área orbitariam a partir dali.

Um dos pontos de grande importância que surge então é a ênfase na necessidade de preservação, não só para fins utilitários ou comerciais mas também por reconhecer nestes patrimónios um valor intrínseco e insubstituível, de testemunho da história de um povo ou país específico, mas também como um valor próprio, compartilhado por todo o planeta, de modo que “degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo” (UNESCO, 1972) Assim, se o legado de tal património é compartilhado por todos os povos, a responsabilidade por sua conservação e preservação é, também, compartilhada.

Muitas vezes, entretanto, a ideia de um património mundial compartilhado se mantém muito calcada no conceito de “valor universal excepcional”. Este posicionamento é uma das razões pelas quais as instâncias, nacionais e internacionais, de reconhecimento do património têm, muitas vezes, dificuldades de reconhecer como relevante as contribuições de grupos subalternizados, que muitas vezes, ao longo da história, se deparavam com dificuldades de exercer e perpetuar suas raízes e seus legados, pelos mais diversos motivos. É assim que as

⁶ Tradução livre dos autores. No original: “El patrimonio cultural se enriquece por nuevos acercamientos de la colectividad a los objetos de su historia, a través de los actos en los que generaciones sucesivas se reconocen como herederas y custodias de algo realizado por sus antepasados. Lo que ayer no parecía contener un mensaje cultural, hoy es descubierto y valorado con insistencia. Hemos asistido, así, a la reconsideración de utensilios artesanales, viviendas campesinas y objetos industriales como expresión de la cultura, tan importantes y significativos, en algunos casos, como las obras de connotados creadores, y esto se debe a que el patrimonio y la identidad humana, no son elementos estáticos, sino entidades sujetas a cambios, condicionadas por factores externos y supeditadas, además a una continua alimentación mutua.”

grandes obras de pedra e cal, os grandes monumentos erigidos por impérios ou potentados, acabam sendo, no mais das vezes, maioria nas listas de patrimónios de relevância.

As contribuições de outras populações, por vezes não tão perenes ou resistentes do ponto de vista material, acabam assim, em muitas situações, subrepresentadas ou mesmo ignoradas ou invisibilizadas. Não seriam, sob esta perspectiva, espaço de preocupação do património, mas sim de outros campos da cultura, menos valorizados e, na maior parte das vezes, com valores bem menos vultuosos envolvidos. Ao longo do tempo, o estudo das contribuições dessas populações, que escapava à noção de património mas que também despertava o interesse de diferentes investigadores foi sendo abarcada por diferentes campos de estudos.

Esses conceitos e as divisões estabelecidos no campo do património são, como não poderia deixar de ser, historicamente elaboradas, aperfeiçoadas e redefinidas, e estão sujeitas às disputas e às condições específicas do debate envolvido. Desta forma, a validade da divisão entre material e imaterial têm sido cada vez mais desafiada, ainda que muitos reconheçam sua função e importância, em especial no cenário em que foi originalmente desenvolvida. Para Márcia Chuva,

“as singularidades da trajetória de formação do campo de património levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial. Não há, hoje, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto.” (Chuva, 2012, p. 147)

Ainda que se reconheça que em determinadas situações a utilização da divisão material/imaterial possa ser vantajoso para comunidades que não teriam, de outra forma, o reconhecimento de seu património cultural, é preciso avançar em uma aproximação do tema que aponte para uma nova interpretação, que reconheça a integralidade do património e a equidade entre as manifestações de origens diversas, respeitando suas características e particularidades.

A ideia de património imaterial não contraria, portanto, o conceito maior de património, mas o amplia, entrando, nesse processo, em uma nova dimensão política e social, que integra a comunidade e se consolida a partir de um conceito mais amplo de cultura. (Carvalho, 2011) É preciso ressaltar, de toda a forma, que a dicotomia entre material/imaterial, hoje comumente reconhecida como um falso dilema, permitiu grandes avanços em cenários de desigualdades e dificuldades de ação política, fazendo do conceito de património imaterial uma ferramenta de grande importância na afirmação dos direitos de diferentes grupos subalternizados.

Estas preocupações são constantemente trazidas à superfície, apontando a necessidade de cuidados quando se trata de uma visão de património como um legado. É preciso ter em conta as diversas dimensões quando se mobilizam conceitos de pertencimento social. Muitos grupos populacionais, inclusive, só têm sua presença reconhecida quando acabam, em discursos e atitudes públicas xenofóbicas e excludentes, apontados como culpados em situações de crises. Essa dinâmica foi bem apontada, no caso europeu, durante a crise financeira de 2008 (Christou, 2016) e os recentes impactos da pandemia de COVID-19 (Clark et al. 2020).

As diferentes comunidades, de toda forma, independente de sua história, são lugar de um contato permanente entre indivíduos, com trajetórias e origens múltiplas. Essa intrincada rede de relações, que aproxima experiências que de outra forma permaneceriam distantes, está no cerne de qualquer sociedade. Ao contrário do que muitas vezes transparece nas discussões sobre o património e herança comum, se trata de reconhecer e valorizar a diversidade, não de reforçar o pertencimento. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO vai nessa

direção quando aponta a importância e a relevância do reconhecimento e da valorização das diferenças, em seu artigo 4º, reconhecendo seu respeito como conectado aos direitos humanos fundamentais:

“A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana. Implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance” (UNESCO, 2002)

As concepções do património foram, muitas vezes, desenvolvidas a partir de discussões que tinham a valorização de uma identidade nacional monolítica como horizonte e, assim como pessoas e comunidades, também têm suas historicidades. O questionamento de seus fundamentos e a busca por uma compreensão mais profunda, que leve em conta sua trajetória e os desafios e oportunidades que cria, têm sido uma das fronteiras sobre as quais o conhecimento do campo tem avançado.

Estes processos – apesar de, em teoria, serem pensados como de longa duração, buscando salvaguardar e registrar sob uma perspectiva, em última análise, de perenização – respondem também às condições do momento. Na verdade, muitas vezes, o património visto como fundamental em um período pouco ou nada tem a dizer em outros momentos. Esta relação com os bens e processos de alguma forma patrimonializados no passado, e questionados no presente, um eusquemônio legado por processos progressos, é um dos temas prementes nas discussões contemporâneas. Muito além da queima de estátuas, que tem sido a dimensão mais crispada desta discussão, a reavaliação de processos históricos traz grandes desafios às formas como compreendemos e tratamos o património.

O que se torna bastante visível é a necessidade da busca de uma compreensão mais profunda do património, que abarque estes novos questionamentos e ao mesmo tempo tenha em vista necessidades mais pragmáticas, como ferramenta para a satisfação das necessidades mais básicas das comunidades envolvidas e um fortalecimento das capacidades e possibilidades das populações.

Por isso, a participação e integração da comunidade nas discussões sobre o património e o seu papel na educação parece-nos fundamental. Essa busca por uma ampla participação da sociedade e a função social do museu são pontos fundamentais para a concepção de museu, museologia e património que aqui defendemos, e de forma ainda mais candente quando pensada através da realidade escolar. As ligações entre museologia e educação, reunidas neste estudo pela importância do património reconhecido como pilar de coesão social das comunidades e de particular importância no esforço de reconhecimento e valorização das diversas populações e da diversidade cultural, são peças fundamentais deste processo. A discussão aqui apresentada está organizada a partir dos pressupostos e proposições da sociomuseologia, escola de pensamento que tem, entre seus elementos, a busca permanente pela participação comunitária e a valorização da diversidade do património.

“Trata-se de repensar a Sociomuseologia tanto quanto a sua intervenção educativa formal e informal, de modo a dar resposta, não só aquilo em que acreditamos, mas também poder dar o nosso contributo para o cumprimento das recomendações que a UNESCO lançou de forma global. [...] Será a melhor ocasião para trabalhar as Heranças globais e as Memórias locais, a ecologia de saberes, a

Museologia decolonial e a afirmação da Sociomuseologia e da Museologia social como uma área do saber e do fazer profundamente enraizada nas ciências sociais com relevante Função Social para a construção duma cidadania global localmente comprometida com justiça cognitiva.” (Moutinho, 2019, p. 24)

Esta interpretação é também apoiada na recomendação da UNESCO (2015) que reconhece a “importância da cultura em suas diversas formas no tempo e no espaço, o benefício que povos e sociedades obtêm dessa diversidade, e a necessidade de incorporar estrategicamente a cultura, em sua diversidade, nas políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento, em benefício das comunidades, povos e países”(UNESCO, 2015, p. 1) Tal preocupação também está presente no longo caminho de construção da sociomuseologia e remete às discussões ocorridas na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972. (Varine-Bohan, 1995) É necessário, no entanto, sublinhar que tais processos não invalidam as diferenças e a profunda variedade existente entre as instituições museológicas: “Naturalmente que estas instituições têm a sua própria dinâmica, determinada por inúmeros factores, o que significa que ao longo dos anos se transformam, renovam, reorientam ou mesmo se institucionalizam. A natureza destes processos testemunha na verdade a sua relação com o meio ele também sujeito a contextos mais amplos.” (Primo & Moutinho, 2020, p. 22)

Sob esta perspectiva, é necessário que os atores envolvidos no processo, desde professores, gestores e demais agentes da educação até alunos e suas famílias, tenham consciência da importância e do papel do património e sejam também parceiros efetivos nesse contexto. Ao mesmo tempo, ainda que dependam, de alguma forma, dessa participação, o sentido contrário também é importante, com as ações que congregam e auxiliam no reconhecimento do património de cada comunidade servindo como ferramenta relevante para a construção desta noção ampla de património e pelo reconhecimento da importância da valorização e sensibilização da sua diversidade. Essa é uma das razões pelas quais a museologia vai além das atividades do museólogo, principalmente quando desenvolvida a partir de processos de conhecimento e valorização da memória e do património.

O passado perde, desta forma, o protagonismo exclusivo, ainda que não importância, no campo do património e da museologia, e emerge como um dos principais pontos de interesse a atuação e trajetória das comunidades, inclusive sob a perspectiva de superação de dificuldades e atuação prática, no sentido de busca do bem-estar, da justiça ou um melhor desenvolvimento das condições econômicas e sociais. Neste processo, o património abandona sua função de depósito, que muitas vezes aponta essas iniciativas para a irrelevância, e assume-se como ferramenta possível para a sociedade em que se insere, buscando um protagonismo em sua comunidade e propondo-se como espaço de discussão e de incremento das condições de vida, tanto no combate aos aspectos sociais, econômicos ou políticos negativos para aquela comunidade como na valorização e celebração dos aspectos positivos.

“A revisão e superação de determinados paradigmas são essenciais, considerando a necessidade de aplicar ações museológicas mais ajustadas à nossa realidade e à criação de novos museus, bem como a reformulação dos existentes, tornando essas instituições relevantes para a cidadania. A museologia e os museus assumem uma importância central no contexto da reconstrução da nação, na procura de um mundo livre e equitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz do conhecimento historicamente acumulado.” (Santos, 2008, p. 24)

Ou seja, a premissa básica no trato com o património, especialmente o imaterial, é que ele só existe na relação entre o indivíduo e o meio. Assim, não há património, ou museu, fora da perspectiva educacional. Essa concepção provocou, em certos aspectos, uma expansão no fazer museológico, que passou a abranger um leque muito mais amplo de manifestações, o que, de certa forma, obriga os museus a se aproximarem cada vez mais de populações antes distantes.

Assim, procuramos no projeto aqui referido, estabelecer instrumentos de reflexão, para a transformação e aproximação entre comunidade e património, por meio da utilização de manifestações e processos culturais em dinâmicas educativas formais e não formais, o que é de imensa e imediata importância, considerando, em um contexto global, a grande expansão de extremismos baseados em conceitos de cultura, educação e património ligados à busca de identidades puras ou originais.

Projeto “O lugar do Património Cultural Imaterial nos processos educativos da grande Lisboa”

Sob essas premissas desenvolvemos, entre 2020 e 2021, o projeto de I&D “O lugar do Património Cultural Imaterial nos processos educativos na grande Lisboa”, propondo investigar iniciativas no campo do património cultural imaterial que estão em desenvolvimento em Lisboa, Portugal, bem como as visões e formas de compreensão do tema entre os profissionais que atuam nas instituições, especialmente os professores. Nosso interesse foi compreender como esses profissionais entendem e aplicam os conceitos relacionados ao património cultural imaterial em suas atividades cotidianas e como esse uso pode ser ampliado e aprimorado. Procuramos fazer um levantamento da situação em Portugal, a partir da análise do que tem sido feito, nas escolas e em articulação com museus, numa perspectiva nacional abrangente e dialogada. Também buscamos compreender esse contexto e colaborar para aprofundar a formação dos profissionais envolvidos, especialmente os professores, e caminhar para o desenvolvimento de materiais didáticos e estratégias educativas que possam ter o património cultural como ponto central, buscando reconhecer a diversidade e construir uma noção inclusiva de cidadania.

O que pretendemos, em geral, foi abrir espaço para discussões sobre as seguintes questões: Que tipo de ações as escolas, em articulação com os museus, em Portugal, têm desenvolvido em torno do património imaterial? Como o património imaterial está inserido nos currículos escolares, materiais didáticos e práticas educativas? Como as agendas nacionais e internacionais empreendidas em torno do património imaterial são compreendidas pelos profissionais envolvidos e pelos alunos? Quais são as principais demandas e necessidades em termos de formação sobre o tema? Qual o papel dos museus escolares no ensino e na articulação entre património e educação, especialmente nas atividades escolares? Como os museus escolares poderiam ser inseridos no processo de ensino articulado entre disciplinas e o património cultural imaterial? Há percepção de vantagens e benefícios, ou interesse, na utilização de metodologias que vinculem património imaterial e museus escolares a atividades curriculares e extracurriculares?

O que se propõe é vincular o que a sociomuseologia reconhece como função social do património a sua vertente educativa, entendendo que “educação significa reflexão constante, pensamento crítico, criativo e ação transformadora do sujeito e do mundo; atividade social e cultural, histórico-socialmente condicionada.” (Santos, 2001, p. 2) O projeto está alinhado às diretrizes da Declaração de Salvador, ao “reafirmar e ampliar a capacidade educativa dos museus e do património cultural como estratégias de transformação da realidade social” (Encontro

Iberoamericano de Museus, 2007, p. 15) além da já citada UNESCO (2015), que destaca a educação como uma das funções primordiais do património e propõe uma definição ampla de programas educativos ligados às atividades museológicas. Portanto, o estabelecimento desse contato entre museu, escola e património, numa perspectiva de valorização da diversidade e visando a construção de uma educação patrimonial comunitária que discuta e aprimore fundamentos teóricos e práticos para a apropriação efetiva do património como agente transformador e facilitador da memória social local, torna-se mais relevante. (Primo, 2019). Neste sentido, é necessário reconhecer que os museus fazem parte de um conjunto significativo de iniciativas de diferentes naturezas, com diferentes objetivos e com diferentes graus de aceitação da diversidade de origens que compõem a sociedade, agindo com objetivos diferentes. Em todo o caso, acreditamos que na maior parte destas instituições existe uma aceitação mais alargada da importância do património na educação, enraizada em vários graus de interesse pela procura social de identidades e pela fixação de memórias coletivas, área em que se apresenta um alcance importante – características que também podemos observar nas instituições escolares do país.

O projeto procura compreender as relações e possibilidades de utilização do património cultural imaterial nos processos educativos, nas suas dimensões política, pedagógica e poética, a partir da compreensão do valor educativo e social do património cultural português e do seu contributo para a elaboração de orientações curriculares e políticas culturais e educativas, preocupadas com a cidadania, a inclusão, a diversidade cultural e a coesão social. O objetivo é pensar como o património pode ser utilizado como forma alternativa de desenvolver práticas educativas, considerando que a memória coletiva e individual, o território e as pessoas abrigam uma grande riqueza como património.

Assim, organizamos a investigação em quatro etapas distintas: Planeamento e contato; Aplicação de questionários, entrevistas e levantamento de informações; Análise de dados; Divulgação dos resultados e avaliação. O projeto procurou também alargar a metodologia comum proposta por orientações e instituições educativas, culturais e museológicas em Portugal, bem como internacionais, já consagradas, sobre a aplicabilidade e utilização do património cultural nos processos educativos. Pretendeu-se desenvolver e estabelecer um conjunto de critérios para o seu reconhecimento, apoiando a criação de redes de escolas e seus profissionais e o intercâmbio de boas práticas como estratégia chave para a sua organização, com base em uma gestão colaborativa e participativa na identificação e elegibilidade do seu património.

A ideia de que as condições materiais, sociais, económicas e políticas são parte insofismável dos estudos do património teve, ao longo da execução do projeto, sua mais ampla confirmação. Apesar de todo o trabalho desenvolvido e do cumprimento, dentro do possível, do estabelecido no cronograma do projeto, a pandemia e a declaração, em Portugal, do Estado de Emergência que dela adveio, acabou por impactar de forma contundente o projeto, em especial em um de seus componentes fundamentais: a interação com as escolas da região de Lisboa. Pensado tendo como uma das premissas a participação da comunidade escolar da região de Lisboa, teve suas possibilidades de interação bastante reduzidas, não só pelas restrições necessárias, como pela necessidade de adaptação das escolas, que exigiu grande parte do tempo disponível de professores e gestores. Muitas das tratativas já então realizadas tiveram que ser revistas, assim como os compromissos de participação de escolas e de seus profissionais, que de

repente tiveram diante de si a enorme responsabilidade de repensar as atividades escolares em resposta à inesperada situação trazida pela disseminação do Coronavírus.

Em contato com as escolas, decidimos postergar a aplicação dos questionários, inicialmente prevista para ser realizada a partir de março ou abril de 2020, justamente o período mais agudo, até ali, do desenvolvimento da pandemia em Portugal. Foi verificada a impossibilidade de participação, por parte de professores, gestores e instituições, em um projeto desta natureza, com a recolha abrangente de informações e necessidade de participação e de aplicação de projetos relacionados com o património, em um cenário de tamanha indefinição, uma vez que todos os envolvidos tinham seus esforços mobilizados na direção do enfrentamento e adaptação à pandemia, o que claramente consumia todos os esforços e que tornaria difícil o desenvolvimento satisfatório da investigação. Apenas a partir do mês de outubro de 2020, à medida que o novo ano letivo se estabelecia e as atividades retornavam à normalidade possível, é que pudemos retomar o contato direto com as escolas e prosseguir no levantamento das demais informações necessárias, assim como receber o feedback e garantir a participação dos profissionais. O planejamento era intensificar as atividades que exigiam um contato presencial a partir de dezembro até o final de fevereiro. A situação da pandemia em Portugal, entretanto, agudizou-se novamente justamente neste período, com novas restrições às atividades das escolas, o que impediu a efetivação do planejamento realizado. Diante disso optou-se por concentrar os esforços do projeto na pesquisa a partir dos questionários e das demais atividades realizadas, uma vez que a realização de uma exposição, conforme previsto durante o planejamento, e a observação e levantamento in loco das boas práticas previstas restaram prejudicadas, assim como a própria aplicação, por parte de escolas e professores, das iniciativas de utilização do património imaterial em sala de aula. Acreditamos, entretanto, que essas dificuldades não impediram o desenvolvimento de uma investigação metodologicamente bem estruturada e com resultados relevantes, ainda que os caminhos para tal e os resultados alcançados divirjam em parte dos inicialmente planejados.

De toda forma, foi realizada uma pesquisa com estes profissionais, através da aplicação de um questionário, trazendo para o campo do virtual e do não-presencial, interações possíveis no cenário de então. Este foi desenvolvido a partir dos estudos e discussões realizadas no âmbito do projeto, assim como da análise de outras experiências do gênero.

Tendo lugar dos meses de maio de 2020 a março de 2021, o Projeto esteve em contacto com mais de 330 instituições, entre Centros de Formação de Associação de Escolas, Agrupamentos Escolares e Associações a nível nacional de representação na área da Educação na Grande Lisboa, para apresentação da proposta e convite a participar do processo de investigação por meio do preenchimento de questionário e a frequentar as atividades de disseminação. O questionário, aplicado em duas fases, foi acessado em seu formato online por 235 pessoas, sendo que destas 101 respostas foram completas e validadas, preenchidas por professores de 33 escolas diferentes.

Na pesquisa realizada, o que emerge é um cenário de relevante diversidade, com mais de 75% dos professores que trabalham com o património em sala apontando que seus alunos têm origens culturais diversas, sejam de minorias étnicas locais ou migrantes, ainda que destes professores cerca de 20% afirmam não agregar essa diversidade ao seu trabalho com o património cultural.

Quando indagados sobre as atividades desenvolvidas, foi possível perceber, nas falas dos professores, a variedade de temas e concepções tratadas, e a articulação entre as diversas áreas.

Há grande destaque para a história e as tradições locais, articuladas com a arte, com destaque para a música e a literatura, além de atividades lúdicas e físicas e de preocupação com questões de território e cidadania. Um dos docentes afirma: “Recolhemos registros orais de tradições na agricultura, gastronomia, festa brava com os toureiros e forcados do concelho, o rancho folclórico, os campinos e as ganadarias etc. Há visitas aos locais e recebemos pessoas de relevo” E acrescenta: “O momento alto do projeto foi o desfile de Carnaval pelas ruas da vila, com trajes de época da criação do município.” Esta importância do património pode ser apontada em atividades mais específicas, como a dança. Um dos docentes afirmou que “podem ser abordadas danças tradicionais, urbanas ou sociais - são ensinadas as coreografias pelo professor, ou colegas da turma com experiência na área; podem ser visualizados vídeos que mostram os trajes utilizados”, salientando a oportunidade de contar com o apoio de praticantes exteriores à escola. Mesmo entre as danças e atividades rítmicas expressivas a variedade de possibilidades foi bastante referida, indo do Regadinho e dos Ranchos Folclóricos ao Chi Kung, assim como a oportunidade de alinhar os exercícios físicos com os estudos do património. Segundo outro professor “A temática é apresentada aquando da exploração dos conteúdos relativos ao património cultural e artístico. Pequenos grupos na turma veem vídeo da dança, treinam os passos individualmente, treinam a dança e apresentam aos colegas e professor.” Estas atividades são constantemente referidas também como uma possibilidade importante de ampliar os laços nas atividades escolares e fortalecer a ideia de comunidade. “Em jogos tradicionais, podem ser abordados pelo professor jogos com materiais da escola, mas as famílias também podem ser chamadas a colaborar com a sua experiência e materiais.” E não só, é possível fortalecer também as iniciativas em rede ou parcerias dentro da própria instituição escolar. “Estes também podem ser construídos pelos alunos em colaboração com outras disciplinas.”

Essa diversidade se reflete também entre os professores consultados. São profissionais com formação nas variadas áreas, sendo citadas na pesquisa 16 áreas de formação diferentes, com a concentração não alcançado os 20% em nenhuma delas. Entre os respondentes, temos clara preponderância feminina, com mais de 80% de mulheres, com idades que variaram do dos 35 aos 66 anos, tendo a média de idade ficado em 52 anos. Com relação à experiência em sala de aula, a variação é maior, indo de apenas 2 até 42 anos de experiência, com uma média de pouco mais de 25 anos de sala de aula. Acreditamos, de toda a maneira, que, ainda que a pesquisa aqui realizada não tenha valor estatístico, a amostra reflete, grosso modo, o cenário da docência encontrado em Lisboa e arredores.

Entre os pesquisados, pouco menos de 60% respondeu que utilizava o património cultural imaterial, de alguma forma, em sua prática docente. Ainda que possa parecer um número alto, é preciso lembrar que a própria amostra, que sabia do que tratava a pesquisa antes de aceitar ou não, é de alguma forma enviesada. Entre os mais de 40%, entretanto, que apontaram não utilizar o património em sala de aula, alguns dados podem ser de grande interesse. Quando indagado qual o motivo de não utilizarem o recurso como ferramenta educativa, a metade apontou que não havia tempo para fazê-lo.

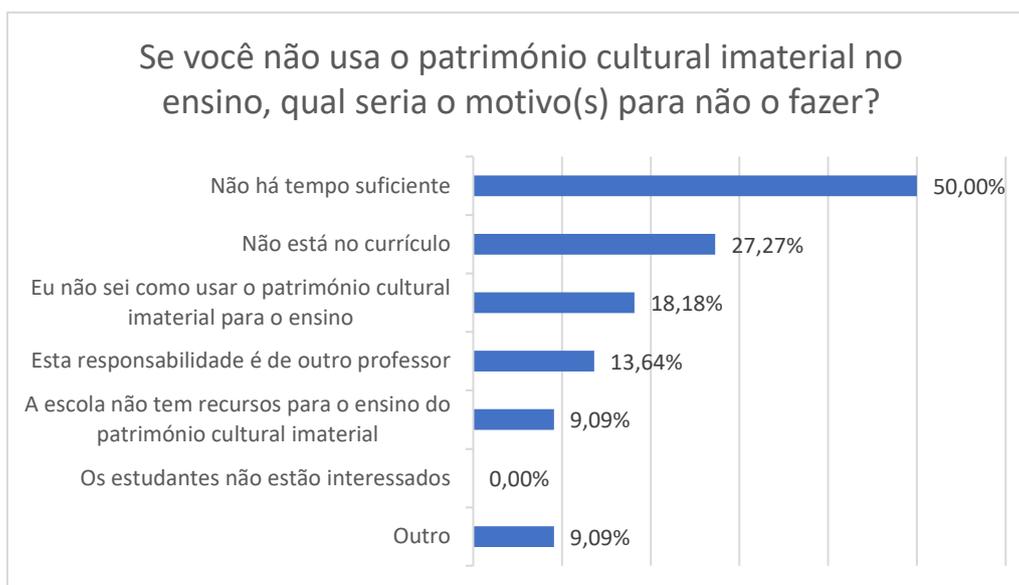


Gráfico 1. Motivos pelos quais o PCI não é utilizado como ferramenta educativa em Lisboa, elaborado no âmbito do projeto "O Lugar do Patrimônio Cultural Imaterial nos processos educativos".

Convém ressaltar, de todo o modo, que nenhum professor apontou o desinteresse dos alunos no tema como motivo para sua não utilização. Isso pode apontar que há grande espaço de incentivo para o uso do património em aula, sendo necessário que se trabalhe no sentido de criar as condições para que os professores possam desenvolver este tipo de atividade, tanto em termos de treinamento e formação dos profissionais envolvidos, como de condições materiais, com equipamentos e orçamentos especificamente desenvolvidos.

Na grande maioria dos casos, mais de 80%, foi apontado que o uso do património se dava atrelado ao ensino de uma disciplina regular. Também podemos apontar, não sem alguma surpresa, que são variadas as condições em que são trabalhadas as questões do património, quando integradas ao currículo. Entre os professores que responderam utilizar o património em sala, tivemos docentes de 14 disciplinas diferentes.

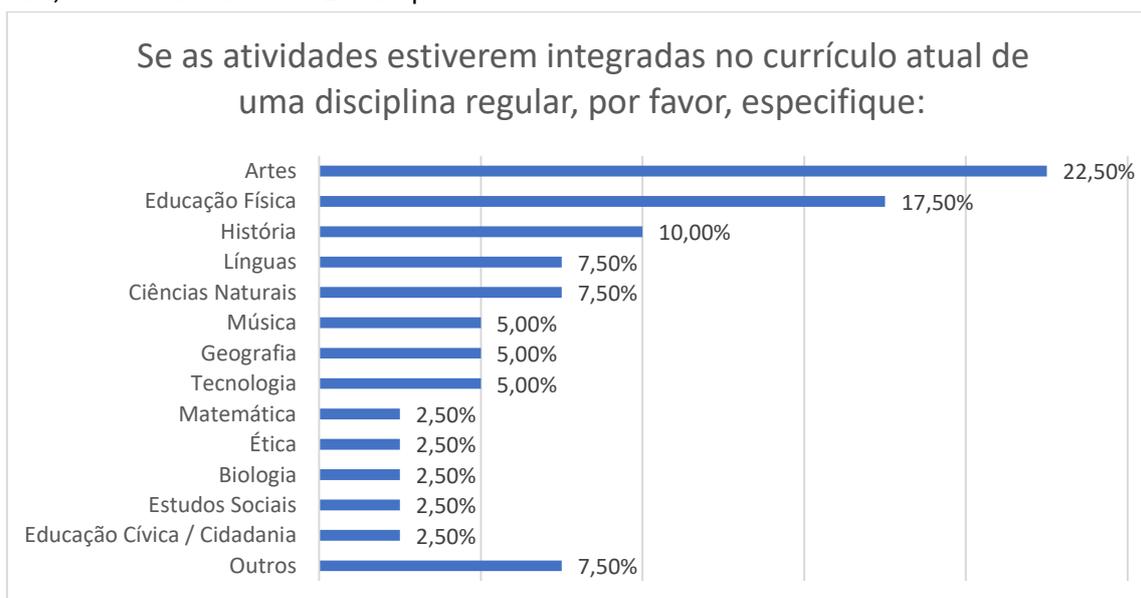


Gráfico 2. Disciplinas listadas pelos professores para a integração do PCI no currículo atual, elaborado no âmbito do projeto "O Lugar do Patrimônio Cultural Imaterial nos processos educativos".

Em termos de apoio, podemos notar também, pelas respostas que recebemos, que as estruturas educacionais formais pouco têm atuado nesse sentido. Quando instados a apontar apoios e parcerias que mantêm no campo do uso do património, a maior taxa encontrada foi de iniciativas com museus e instituições culturais, presente em mais de 32% das respostas. A comunidade local foi a segunda mais citada, junto com as autoridades públicas locais. Um dos relatos recebidos aponta a importância destas parcerias, descrevendo as atividades desenvolvidas como uma

“visita a museus de etnografia e colaboração com as entidades locais na realização de trabalhos de pesquisa com prevalência do património material, mas, por vezes, incluindo alguns temas de património imaterial em projetos interdisciplinares, com a participação dos alunos do curso profissional de multimédia do 10º ao 12º anos de escolaridade.”

Esta prevalência indica a importância dos pequenos museus e das iniciativas culturais de carácter local, que por sua capilaridade acabam tendo uma atuação mais focada. Pode indicar, também, uma atuação mais próxima destas iniciativas com as comunidades, um ramo de interesse que reputamos como de grande relevância para pesquisas futuras. Aponta, também, a necessidade da capilarização das iniciativas do património, que têm sua importância aumentada quando em sintonia com as experiências, interesses e necessidades das populações.



Gráfico 3. Parcerias para atividades sobre PCI no âmbito escolar, elaborado no âmbito do projeto "O lugar do Património Cultural Imaterial nos processos educativos".

A participação de parceiros diretamente envolvidos com o património cultural trabalhado é um ponto que pode ser mais amplamente utilizado, uma vez que apenas 35% das iniciativas encontradas afirmaram trabalhar com detentores/praticantes ao abordar as atividades. Quando indagados sobre as causas de não trabalhar de maneira mais próxima com estes parceiros, grande parte apontou a falta de condições, seja de conhecimento sobre como fazê-lo ou mesmo o desconhecimento de quem procurar como parceiro, como principal motivo.

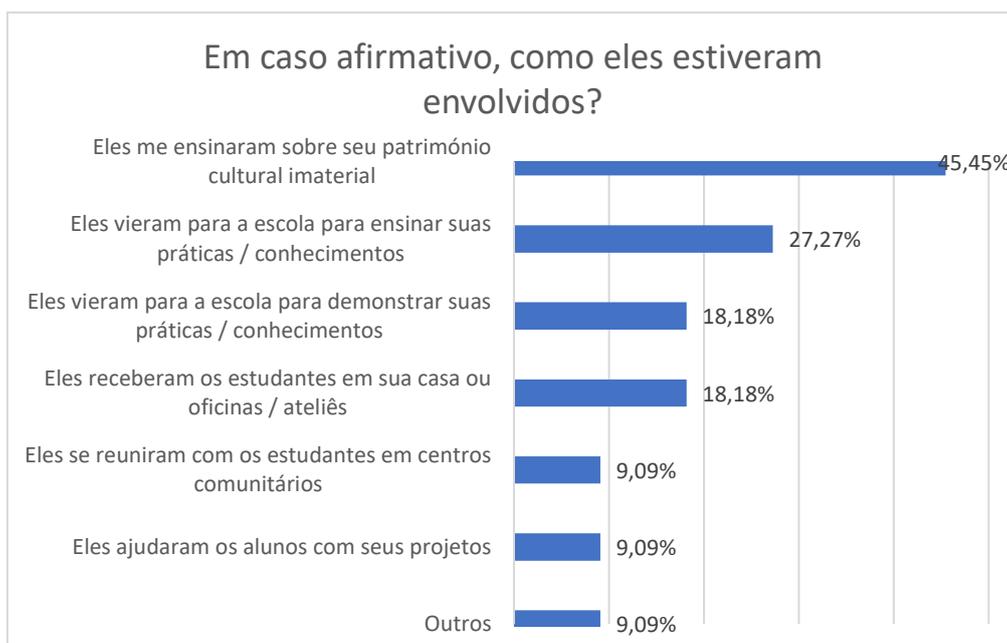


Gráfico 4. Causas listadas pelos professores para não trabalhar de maneira mais próxima com parcerias, elaborado no âmbito do projeto "O lugar do Patrimônio Cultural Imaterial nos processos educativos".

Neste sentido, é possível apontar que um trabalho mais sistemático de incentivo ao uso do património cultural poderia ser de grande valia, tanto no sentido de apontar boas práticas e possibilidades de trabalho como também ao colocar, de maneira mais próxima, professores e escolas em contato com pessoas com atuação no campo do património. Entre os que disseram estabelecer este tipo de parceria, de toda forma, a maioria apontou que os detentores / praticantes ensinaram os estudantes sobre suas práticas.

O que se percebe é um panorama notavelmente diverso, desde as variadas culturas de origem local até os inúmeros movimentos migratórios, tanto das populações que saem como das que chegam. Nesse sentido, torna-se impossível, no âmbito de qualquer trabalho, abraçar plenamente toda essa diversidade, em suas diferentes manifestações. Esta diversidade reflete-se também na variedade de iniciativas que decorrem, centradas no património cultural, com diferentes graus de abrangência e desenvolvidas a partir de diferentes perspectivas. Assim, um dos pontos que propomos é o reconhecimento de uma ampliação dos conceitos de museu e património, em que a educação e os espaços escolares ganham protagonismo, especialmente em sua dimensão dialógica e inclusiva.

Deste modo, a utilização do património cultural nos processos educativos desempenha um papel importante na prossecução dos objetivos mais imediatos das instituições de ensino, bem como em objetivos mais distantes e abstratos, que se relacionam com o quadro de transformação social e de uma convivência mais inclusiva. Isso pode ser especialmente importante como uma forma de reunir pessoas de origens culturais e linguísticas diversas. O depoimento de um dos docentes aponta a importância desta perspectiva:

“O conhecimento das instituições, o envolvimento nas dinâmicas, a participação nas iniciativas de índole cultural e recreativa, a tomada de decisão relativas à sua terra numa perspectiva de governança e de cidadania territorial é determinante para os nossos alunos e justificou a criação desta disciplina na medida em que mobiliza saberes e potência aprendizagens significativas. Ao aprofundar a história local e

o envolvimento com a comunidade, através de um maior conhecimento do concelho e do desenvolvimento da cidadania territorial estamos a desenvolver competências de natureza multidisciplinar e transdisciplinar que dão significado às Aprendizagens Essenciais nas várias disciplinas de forma articulada, bem como as capacidades e atitudes na aplicação do PA.”

Assim, a recolha e a valorização de experiências sobre o património e a sua integração com as atividades educativas assume uma grande importância, para além das extracurriculares - a partir das interligações entre escolas e museus. É neste contexto que emerge o conceito de Educação Museal, que

“passa a ser utilizado como uma reivindicação tanto de uma modalidade educacional – que contempla um conjunto integrado de planeamento, sistematização, realização, registro e avaliação dos programas, projetos e ações educativas museais – quanto de um campo científico. O termo vem sendo usado por vários autores para se referir ao conjunto de práticas e reflexões concernentes ao ato educativo e suas interfaces com o campo dos museus.” (Costa et al., 2018)⁷

Podemos afirmar, assim, que os avanços no campo do património trazem consigo novas ferramentas e novas oportunidades. É cada vez mais premente a compreensão do património e das políticas do património a partir de uma concepção mais ampla, que vá além da ideia de salvaguarda, mas traga consigo usos e possibilidades que representam avanços nas comunidades em que se inserem. A sociedade, através de seus indivíduos e de suas instituições, pode se beneficiar sobremaneira ao encarmos as discussões como parte de uma atuação mais ampla, e pensarmos o património através de sua função social, a partir de esforços de participação que reconheça a importância e a diversidade das populações que lhe dão sustentação.

Considerações finais

Por todo o exposto, acreditamos que o caminho percorrido nos permite fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, é de grande importância, portanto, avançar para um conceito de património inclusivo, que aproxime as diferentes populações e que funcione como uma ferramenta para apontar semelhanças e não marcar diferenças. As práticas culturais, além de suas origens étnicas ou geográficas, podem atuar para reunir experiências que de outra forma seriam distantes, ou pelo menos percebidas como tal. Também é possível maximizar as oportunidades e possibilidades de ensino e aprendizagem, quando projetado a partir de suas interfaces e utilizado como base para a educação.

Em outra perspectiva, o património cultural imaterial também faz parte das definições museológicas estabelecidas pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) desde, pelo menos, 2007. A função social dos museus, valorizando os saberes comunitários, procura desenvolver atividades com essas comunidades, através da promoção de expressões culturais locais, tradições orais, práticas sociais e saberes tradicionais, que estão no centro da definição de património imaterial da UNESCO. A educação também assume um papel fundamental na

⁷ No original são referidos (Castro, 2013; Martins, 2011; Matos, 2014; Melo, 2015; Pereira, 2010; Siqueira, 2010)

construção de novas formas de compreensão do tema. As ligações entre a museologia e a educação, reunidas neste estudo pela importância do património reconhecido como pilar da coesão social das comunidades, e de particular importância no esforço de reconhecimento e valorização das diversas populações e da diversidade cultural, são peças fundamentais deste processo.

A complexidade deste debate reflete, em certa medida, a própria complexidade que o património adquire, quando analisado de forma mais detida. Esta complexidade advém, em parte, da necessidade de que o reconhecimento de um património vá além de um simples apontamento, e de sua inscrição em um meio legal e normativo que facilite e incentive sua preservação e conservação. É preciso que este reconhecimento esteja atrelado a um esforço mais amplamente aprofundado, que relacione diversos campos e que atue no sentido de responder às necessidades da comunidade da qual emerge, auxiliando na superação de desafios que esta comunidade encontra. A atuação das políticas para o património, e neste sentido também dos museus e da museologia, que podem ser ferramentas privilegiadas nestas relações, estão, deste modo, permanentemente entrecruzadas pela responsabilidade que advém das necessidades de seleção. As decisões neste sentido, seja na direção da lembrança ou do esquecimento, estão sempre carregadas de uma importância que vai além da superfície dos esforços de curadoria.

“As operações de carácter científico ou pedagógico acerca do património são uma meta linguagem, ou seja, elas não são capazes de fazer com que o património comunique, são sim capazes de comunicarem sobre ele. Daí que o papel do museu e das políticas patrimoniais deve ser, não apenas o de expor os objetos, a arquitetura e os costumes, mas sim o de tornar inteligíveis as relações entre eles e propor hipóteses sobre os seus significados para os cidadãos que os evocam e/ou os veem.” (Primo, 2014, p. 10)

Reconhecendo, destas formas, que a atuação do património tem uma importante faceta de comunicação, e que esta compreensão deve estar sempre presente no debate, aumenta a responsabilidade também de um conhecimento amplo e de uma investigação estruturada no trato com o património. Uma vez que não é possível se comunicar aquilo que não se conhece, é preciso sempre um esforço no sentido de ter uma compreensão ampliada de bens, manifestações ou saberes sob escrutínio.

Esse reconhecimento, de que a atividade museológica e a importância do património vai muito além dos grandes museus, e se espalha também por setores sociais diversos, parece acompanhar, ao mesmo tempo como causa, efeito e sintoma, mudanças semelhantes no entendimento do conceito de património. Sua importância não pode mais se limitar aos grandes monumentos, aos fortes e igrejas de pedra e cal que dominam a paisagem, pois estes, apesar de fundamentais, contam apenas parte da história. Sua importância está nas relações que manteve – e, muito especialmente, nas que mantém – com a sociedade, com as comunidades que o englobam. E a falha em reconhecer esse património menos óbvio, escondido no mais das vezes entre camadas sociais menos abastadas e mantidas tradicionalmente longe dos centros de poder e decisão, diminui não só as histórias que este património é capaz de contar, mas também a importância que a própria comunidade lhes dá.

Mas, ainda que não se aponte – e, na verdade, busque fugir destes – caminhos ou soluções pré-estabelecidas, buscando a compreensão que é nas especificidades de cada situação e em uma escuta sensível de indivíduos e comunidades incluídos nos processos, há alguns pontos a

partir dos quais estas concepções museológicas são desenvolvidas. É no reconhecimento destes pontos, mais como possibilidades do que como guias, que é possível construir uma prática que contribua com os objetivos propostos, e que não aparte o patrimônio de sua sociedade, trocando relevância por conservação, mas, ao contrário, faça de seu reconhecimento um processo de aproximação e maximize suas possibilidades de utilização na superação dos desafios existentes em cada comunidade.

Referências bibliográficas:

- Castro, F. S. R. de. (2013). O que o museu tem a ver com educação? Educação, cultura e formação integral: Possibilidades e desafios de políticas públicas de Educação Museal na atualidade [Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. www.educacao.ufrj.br/dfernandarabello.pdf
- Chuva, M. (2012). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 34, 147–165.
- Costa, A., Castro, F., Chiovatto, M., & Soares, O. (2018). Educação Museal. Em Ibram, *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Ibram.
- Encontro Iberoamericano de Museus. (2007). Declaração de Salvador.
- Martins, L. C. (2011). A constituição da educação em museus: O funcionamento do dispositivo pedagógico por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia [Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo]. teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-151245/pt-br.php
- Matos, I. A. P. de. (2014). Educação museal: O caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, 5(1), 93–104.
- Melo, M. D. de. (2015). Educação Museal: Reflexão sobre semelhanças e contrastes com uma forma escolar [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Moutinho, M. (2019). *Sociomuseologia: Ensino e investigação. 1991-2018*, Repositório documental anotado.
- Pereira, M. R. N. (2010). Educação Museal. Entre dimensões e funções educativas: A trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional [Dissertação de Mestrado em Museologia e Patrimônio]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pérez, M. A. (1986). *Patrimonio Cultural e Identidad*. Letras Cubanas.
- Primo, J. (2014). O social como objecto da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 47, 5–28.
- Primo, J. (2019). Os Desafios Contemporâneos na Investigação em Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 58(14). <https://doi.org/10.36572/csm.2019.vol.58.01>
- Primo, J., & Moutinho, M. (2020). Referências teóricas da Sociomuseologia. Em J. Primo & M. Moutinho, *Introdução à Sociomuseologia* (p. 17–34). Lusófona.
- Rússio, W. (1977). *Museu? Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento* [Dissertação de Mestrado]. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP.
- Santos, M. C. T. M. (2001). *Museu e educação: Conceitos e métodos*. <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf>

- Santos, M. C. T. M. (2008). Encontros museológicos: Reflexões sobre a Museologia, a educação e o museu. MinC/IPHAN/DEMU.
- Siqueira, J. M. de. (2010). Educação Museal: Cartografias, trilhas e marcos. Universidade de São Paulo.
- UNESCO. (1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO. (2002). Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. UNESCO. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaratio_n_cultural_diversity_pt.pdf
- UNESCO. (2015). Recomendação referente à Protecção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. UNESCO/Ibram. <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>
- Varine-Bohan, H. de. (1995). A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. Em M. M. Araújo & M. C. O. Bruno (Orgs.), A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e depoimentos (p. 17–19). Comitê Brasileiro do ICOM.